

No XI Centenário da Doação de Santa Maria de Formoselha à Sé de Coimbra: Evocação histórica.

Formoselha é um bucólico e encantador lugar, como o próprio topónimo manifesta (formosellus é o diminutivo de formoso), situado na margem esquerda do Mondego, que actualmente pertence à freguesia de Santo Varão (c. Montemor o Velho) e dista de Coimbra 18,3 Km. A sua história, como comunidade cristã organizada, remonta vários séculos atrás. Acha-se patente num documento de 1 de outubro de 915. Neste diploma, Formoselha e a sua igreja de Santa Maria são doadas por Lúcido Vimarani e esposa, D. Gudilo, ao bispo de Coimbra, D. Gomado. O documento em apreço não é o original (que certamente se perdeu), mas uma cópia fidedigna lançada, nos finais do século XII, no grande Tombo de propriedades (e outros registos) da Sé de Coimbra conhecido por *Livro Preto* onde tem o número 169.

1. Após a conquista muçulmana da Península Ibérica o baixo vale do Mondego (como várias outras regiões) estabeleceu um pacto com os invasores: a população cristã manter-se-ia na posse das suas propriedades, que continuaria a cultivar, mediante o pagamento de um imposto especial entregue regularmente aos muçulmanos. Além disso, ficava aquela mesma população autorizada (mediante pagamento) a praticar o seu culto religioso de acordo com determinadas regras. Com o fim de esbater as diferenças culturais e as de credo (geradoras de discriminação), os cristãos buscaram uma aproximação com o modo de vida muçulmano: passaram a vestir-se como os invasores, aprenderam a sua língua e utilizaram normalmente dois nomes – um, muçulmano para ser usado no exterior; outro, cristão pelo qual eram nomeados em casa – *Galib Alkarrac*, cognomento *Jhoannes Petriz*; ou ainda um nome simultaneamente cristão e muçulmano – *Martinus Ibn Atumati*. Estes cristãos arabizados, que ficaram conhecidos por moçárabes, serão grandes protagonistas políticos e religiosos em Coimbra e sua região entre os séculos IX-XII.

Em 878 o conde Hermenegildo Guterres reconquistou Coimbra. Porém, devido à sua localização, a cidade e seus arredores, embora cristãos, eram ainda assaz perigosos, visto tratar-se de uma zona de fronteira muito exposta aos ataques inimigos. Apesar disso, este limite sul da *Galecia* era também terra de oportunidades: de enriquecimento e prestígio alcançados nos combates com os mouros; e de refúgio, em

particular para os magnates, que vindos do norte cristão agitado por revoltas graves e frequentes, buscavam na *stremadura*, isto é na fronteira, pôr-se a salvo dos seus perseguidores.

2. O baixo vale do Mondego, onde se situa Formoselha, é um dom da natureza: a abundância de água e a fertilidade do solo permitiram a fixação de população numerosa. O testemunho mais eloquente destas características é-nos dado pelos próprios muçulmanos. Os seus geógrafos louvam, com admiração, este paraíso onde há de tudo – vinha, cereais, árvores de fruto, peixe, inúmeros cursos de água, que faziam mover muitas azenhas, caça abundante acoitada nas brenhas e matas frondosas... E – facto assombroso para os mesmos geógrafos – os habitantes do referido vale, que eram trabalhadores laboriosíssimos, criavam toda a espécie de animais bem nutridos, não só *volatilia* e pequenos ruminantes, mas principalmente vacas e cavalos. Esta última informação é da maior relevância: por um lado, a mencionada criação de animais (em particular o gado grosso), possibilita aos seus detentores uma valiosíssima riqueza móvel que pode ser deslocada em caso de perigo; por outro, determina a importância social e política que os moçárabes detiveram em Coimbra até ao século XII: possuir um cavalo e apresentar-se na guerra montado, condicionou, de modo positivo, a sua influência. Esta última situação acha-se perfeitamente manifesta no foral concedido a Coimbra pelo conde D. Henrique a 26 de maio de 1111. Ali, e após uma tentativa frustrada do conde para impor na cidade modelos políticos trazidos de fora, os moçárabes cientes da sua importância, revoltaram-se forçando D. Henrique a aceitar as suas reivindicações.
3. O valor de Formoselha patenteia-se no diploma de 1 de outubro de 915 sob duas vertentes, que mutuamente se complementam: É um lugar cristão povoado, ou seja, com vida organizada, como manifesta a existência de uma igreja dedicada à Virgem Santa Maria, Mãe de Deus; o dito lugar é detido por magnates da mais alta categoria social – os condes Lúcido e sua esposa D. Gudilo. Além disso, alguns dos subscritores (identificáveis) do mencionado documento são, na sua maioria, parentes próximos dos outorgantes, o que indicia a origem familiar dos bens. Das vinte e quatro testemunhas que naquele subscrevem apenas oito, podem ser identificadas, visto que o nome próprio vem seguido do patronímico que parece não ser de gente comum. Além do casal doador, que também confirma o diploma, subscrevem o mesmo

quatro membros da sua família: o filho, Alvito Lucides; o genro, Diogo Fernandes; o neto, Múnio Alvites, filho do primeiro; e o genro de Alvito Lucides, Tedon Afonso.

Apesar dos onze séculos que nos separam da data da redação deste documento, sabemos hoje, com relativa segurança, quem são os seus outorgantes. Trata-se de um casal pertencente à mais alta estirpe: Lúcido é filho do conde presor de *Portucale* – Vímara Peres; Gudilo é provavelmente filha do primeiro reconquistador de Coimbra (878) – Hermenegildo Guterres e de sua esposa Ermesinda Gatões, prima coirmã do rei Afonso III das Astúrias (866-910). A valiosa doação, que naquela data, os mencionados proprietários fazem à Sé de Coimbra, provém-lhes certamente, da herança paterna de D. Gudilo. Na verdade, a fórmula tabeliônica utilizada no diploma em apreço, é pouco habitual naquela época e deixa antever a origem feminina das propriedades: “*Lucidus una cum consensu uxoris mee (...)*” isto é, “Lúcido, com a anuência de minha esposa...”. O notário, como atualmente acontece, localiza os bens em causa, afirmando que a igreja de Santa Maria e outras propriedades ficam situadas “*in villa que dicent Fremoselio juxta flumen Mondeci territorio Colimbriense*”. Além disso, o referido documento informa ainda, que os respetivos limites das propriedades se fixam “*per suos antiquiores terminos*”, podendo isto significar que antes de 915 (ou ainda antes de 878) os ditos bens haviam pertencido à família da estirpe conquistadora, talvez os pais de Hermenegildo (Guterre e Elvira), ou, com mais probabilidade, aos pais desta – Gatão e Égilo (recorde-se, em abono desta última hipótese o topónimo Gatões no atual concelho de Montemor).

*

* *

Novas e violentas investidas muçulmanas atingiram nos fins do século X a Península Ibérica, em particular aquelas comandadas por Almançor. Coimbra é novamente tomada e destruída pelos invasores (987). A igreja de Santa Maria de Formoselha desapareceu, sobrevivendo desta época entre nós, apenas um templo – S. Pedro de Lourosa (c. Oliveira do Hospital), sagrado em 912.

Quando a cidade do Mondego é reconquistada definitivamente pelos cristãos em 9 de julho de 1064 surgirão novos senhores e as terras repartir-se-ão e organizar-se-ão de outro modo. Mas aqui, no Campo do Mondego onde os moçárabes lutaram heroicamente, mas também conviveram com os invasores durante vários séculos, operou-se a fusão de duas culturas, dando

origem a uma nova língua que ganhou reconhecida autonomia quando a 27 de junho de 1214 se elaborou, em Coimbra, o primeiro grande documento oficial totalmente redigido em português – o testamento do rei D. Afonso II.

MARIA TERESA NOBRE VELOSO

Universidade de Coimbra / CHSC
mtnveloso@fl.uc.pt

“A Institucionalização da Ciência Moderna em Portugal: Universidade, Obras Públicas e Museus”, Ciclo de Conferências, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Centro de História da Sociedade e da Cultura, 17 de abril – 20 de maio de 2015.

No âmbito do Seminário Pensamento e Práticas Culturais II e por iniciativa da professora regente deste curso de Doutoramento em Altos Estudos em História, realizou-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, entre os dias 17 de abril e 20 de maio de 2015, um Ciclo de Conferências subordinado ao tema: “A Institucionalização da Ciência Moderna em Portugal: Universidade, Obras Públicas e Museus. A iniciativa, destinada a jovens investigadores e estudantes de doutoramento, contou com o apoio do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

Realizadas com uma periodicidade semanal, as conferências foram proferidas por reconhecidos especialistas e motivaram vivos debates dos participantes, professores e estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Letras e da Faculdade de Ciências e Tecnologia. A concretização do programa contou a generosa colaboração dos seguintes conferencistas: Fernando Taveira da Fonseca, Professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador integrado do CHSC, que proferiu a conferência: “Uma Primeira Educação do Olhar: estudantes de Coimbra na transição reformista”, a 17 de abril; Fernando José Bandeira Figueiredo, bolseiro de pós doutoramento da FCT e investigador integrado do CITEUC, que dissertou sobre “A Institucionalização do Conhecimento Científico na Universidade de Coimbra: o contributo de José Monteiro da Rocha para a reforma de 1772”, a 24 de abril; Carlos Henrique Martins, Professor do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra que demonstrou como se processou a “Aplicação da Ciência à Política do Território, na transição do século XVIII para o século